



# **PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO**

## **2018**

**Novembro | 2017**

## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	1
1. ENQUADRAMENTO .....	3
2. NOTA INTRODUTÓRIA .....	5
3. COMUNICAÇÃO .....	9
4. PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS .....	11
5. ATIVIDADES .....	13
Matriz de Energia .....	13
Planos de Ação para a Energia Sustentável .....	13
Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia.....	14
Iluminação Pública .....	15
Plano Diretor de Iluminação Pública - PDIP .....	16
Observatório de Energia .....	16
Porto Solar .....	17
Habitação A+.....	18
SmartCities.....	19
Economia Circular .....	19
Mobilidade e Transportes.....	20
Educação para a Sustentabilidade Energética .....	20
Contrato Concessão da Rede de Distribuição em Baixa Tensão.....	21
Candidaturas.....	22
Rede de Calor da Maia.....	23
Biomassa Florestal .....	23
Reabilitação Urbana.....	24
Prestação de Serviços - Consultadoria.....	25
6. ORÇAMENTO .....	27

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo

*Presidente do Conselho de Administração*

## 1. ENQUADRAMENTO

A AdEPorto – Agência de Energia do Porto é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável através da melhoria da eficiência energética, do aproveitamento dos recursos endógenos e da gestão ambiental, na sua área de intervenção, Área Metropolitana do Porto – Norte do Douro (AMP-ND).

O seu financiamento é assegurado pelas quotas dos Associados, projetos cofinanciados e prestações de serviços. Pela sua constituição e carácter de atuação horizontal, a Agência assenta o seu financiamento maioritariamente nas duas primeiras formas. De modo a garantir a sustentabilidade da Associação a longo prazo, a AdEPorto tem vindo também a prestar serviços nas áreas da sua atuação essencialmente vocacionados e dirigidos aos seus Associados. A quotização do Associados não assegura, por si só, o funcionamento.

A AdEPorto conta, em Novembro de 2017, com 28 Associados que provêm de diferentes áreas de atividade económica e social, desde Municípios da margem Norte do rio Douro da Área Metropolitana do Porto a fornecedores de serviços energéticos, grandes utilizadores de energia, associações de cariz profissional e representativas dos consumidores, até instituições científicas ou do sistema de inovação da esfera universitária.

A atividade prospetiva de novos Associados será continuada em 2018, bem como o incremento da relação com os Associados atuais, tendo em vista o aproveitamento das suas valências, conhecimentos e competências. Pretende-se ainda reforçar esta colaboração, não apenas através de ações pontuais, mas essencialmente através de projetos com continuidade no tempo.

A estrutura técnica é composta por dois engenheiros mecânicos, um engenheiro eletrotécnico e um engenheiro do ambiente. Prevê-se em 2018 a contratação de mais um engenheiro eletrotécnico para reforçar a estrutura de recursos humanos permitindo que a AdEPorto continue a ser um parceiro estratégico para os Municípios Associados, investindo na formação contínua em áreas relacionadas com a sua atividade.

Os recursos humanos são, neste momento, compostos por 6 colaboradores – aos já mencionados acresce a Assessora de Comunicação e a Assistente Administrativa – para uma área de atuação de 9 Municípios com mais de 1.000.000 habitantes.

## 2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Atividades e Orçamento da AdEPorto – Agência de Energia do Porto, para 2018, dá continuidade ao trabalho desenvolvido durante o ano de 2017 apresentando alguns novos desafios.

Será mantida a preferência nos serviços prestados aos Associados, beneficiando-os pela aplicação de custos mais reduzidos face aos praticados para outras entidades não associadas.

Identificam-se em primeiro lugar, e em linha de síntese, as principais áreas de atividade e de orientação estratégica para o ano de 2018, apresentadas com maior detalhe ao longo do presente Plano de Atividades.

Pelo carácter transversal do trabalho da AdEPorto, uma das primeiras atividades previstas é a atualização anual das **Matrizes de Energia** dos Municípios Associados através da publicação de um Relatório Anual de Energia e Emissões. Estes documentos são essenciais para a identificação de metas a atingir, prioridades de intervenção e preconização de soluções a implementar, nomeadamente na prossecução dos princípios subjacentes aos compromissos assumidos pelos Municípios.

No seguimento deste trabalho e em conjunto com os compromissos identificados nos Planos de Ação para a Energia Sustentável, os Municípios Associados ficam munidos das informações necessárias para voluntariamente se associarem ao principal movimento europeu, **Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**, que promove o aumento da eficiência energética, a utilização de fontes de energias renováveis e o planeamento para a adaptação às alterações climáticas nos respetivos territórios.

Orientado para a eficiência energética em edifícios, o **Observatório de Energia** é uma plataforma informática que permitirá o registo atualizado do cadastro e informação sobre a utilização de energia, produzindo relatórios mensais e alertas, com o objetivo de reduzir a fatura energética.

A **Iluminação Pública** é um serviço de grande importância prestado pelos Municípios, providenciando a segurança pedonal, o envolvimento cénico e decorativo e permitindo operações de manutenção e limpeza. Este serviço é um enorme encargo operacional, representando usualmente 30 a 70% do total da fatura de energia dos Municípios, resultando também nos impactos ambientais decorrentes da utilização de energia. A AdEPorto pretende

continuar o trabalho de encontrar com os Municípios Associados as melhores soluções de serviço e eficiência energética, enquadrando sempre nas melhores oportunidades de financiamento disponíveis em cada momento.

O Plano Diretor Municipal de Iluminação Pública - **PDIP** surge neste domínio como uma ferramenta essencial de planeamento cuidado relativamente às efetivas necessidades de iluminação, permitindo uma visão de longo prazo, integrada no planeamento urbano e consciente da importância da eficiência energética, possibilitando a cada momento a adoção de sistemas mais eficazes e menos onerosos. A AdEPorto, à imagem do que já tem vindo a fazer, pretende em 2018 continuar a desenvolver estas temáticas junto dos Municípios Associados, assegurando a coordenação e produção do trabalho técnico necessário.

O **Contrato de Concessão da Rede BT** pela sua interligação à Iluminação Pública, tem sido um tema recorrentemente suscitado e abordado pelos Municípios Associados. A AdEPorto tem vindo a acompanhar de perto as especificidades técnicas, jurídicas e financeiras destes contratos, bem como o enquadramento legal que está em definição para os novos contratos, dando igualmente atenção às novidades em termos de tecnologia LED no âmbito da nova proposta do importante Anexo I deste contrato. A AdEPorto pretende em 2018 dar continuidade ao apoio que tem vindo a prestar aos Municípios Associados que assim o solicitem, garantindo, sempre que para tal seja mandatada, à centralização da interação com as entidades concessionárias.

Para além disso, a AdEPorto prosseguirá o seu trabalho no domínio do estudo do potencial fotovoltaico nos edifícios dos Associados, projeto **Porto Solar**, promovendo a instalação de sistemas em regime de Autoconsumo.

No que concerne a projetos financiados por Fundos Nacionais e Europeus, será dada continuidade no apoio às **Candidaturas** ao POSEUR, Fundo Ambiental e Fundo de Eficiência Energética. Tendo presente a necessidade de assegurar a sua sustentabilidade financeira, a AdEPorto procurará manter e fortalecer a rede de parcerias internacionais, prevendo-se participar em algumas candidaturas a projetos europeus financiados pelo programa Horizon 2020.

A presença e o papel da AdEPorto no domínio da **Educação para a Sustentabilidade Energética** será incrementado, nomeadamente, através do desenvolvimento de iniciativas inovadoras e agregadoras, de caráter pedagógico, em parceria com os Municípios e restantes Associados. Dirigidas para as crianças e jovens, para os profissionais da área da educação e cidadãos em

geral, promovendo o seu envolvimento através de projetos, ações de comunicação, sensibilização e formação.

Na área da **Comunicação**, transversal a todas as atividades, prevê-se renovar e reforçar a imagem da AdEPorto aumentando a visibilidade dos seus projetos e atividades, através da página da internet, redes sociais e newsletters. Manter-se-á a promoção e divulgação de projetos e iniciativas junto dos Associados, designadamente através das Sessões de Conhecimento, Conferências e Visitas Técnicas regulares.

Prevê-se o estabelecimento de novos **Protocolos de Colaboração** com entidades pedagógicas ou industriais, não associadas, que visem garantir um apoio técnico pontual e o desenvolvimento de ações específicas no domínio da eficiência energética.

### 3. COMUNICAÇÃO

A área de Comunicação é transversal a todas as atividades da AdEPorto, tendo como objetivo promover a sua imagem junto dos Associados e cidadãos em geral, informando e destacando as principais atividades e projetos.

#### Comunicação Digital

Em 2018 pretende-se renovar a página da internet da AdEPorto, tornando-a mais dinâmica e intuitiva. Continuará a ser atualizada, com informação de relevo como as notícias, os eventos de interesse para a atividade dos Associados como do público em geral.

Manter-se-á a divulgação de informação através da Newsletter, sendo que bimestralmente se pretende torná-la num veículo de divulgação das atividades dos Associados.

#### Organização de Eventos

Organização de ações de comunicação, conferências, workshops, etc. no âmbito dos projetos em curso. Dinamização de ações de sensibilização e informação, bem como de iniciativas específicas inseridas nas Comemorações do Dia da Energia, Dia da Água, Semana Europeia da Energia Sustentável, Dia do Ambiente e Semana Europeia da Mobilidade.

Conceção e produção de materiais de divulgação e promoção dos projetos a decorrer.

#### Sessões de Conhecimento

A AdEPorto manterá em 2018 a organização das Sessões de Conhecimento, potenciando a divulgação de informação, conhecimento e experiências, conferindo maior notoriedade ao trabalho desenvolvido pela Agência.

Lançadas em 2016, as Sessões de Conhecimento são encontros temáticos regulares, organizados com o objetivo de promover o diálogo com e entre especialistas, sobre temas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos Municípios Associados.

#### Conferência Anual

Prevê-se a organização de um encontro anual que conte com a participação dos interlocutores representantes dos Associados, mas também com as suas equipas técnicas.



### **Reuniões e Visitas Técnicas**

No domínio da disseminação de conhecimento técnico entende-se como essencial o desenvolvimento de ações para partilha de conhecimentos e experiências, quer para, como por parte dos Associados da AdEPorto.

Além da promoção de reuniões técnicas no âmbito dos projetos em curso com os Associados pretende-se organizar visitas técnicas regulares aos respetivos territórios, com o objetivo de se partilhar conhecimento e experiência *in loco* relativamente aos projetos em curso e às práticas adotadas.

### **Meios de Comunicação Social**

A manutenção dos contactos com os Meios de Comunicação Social, quer generalistas, quer especializados, implica a existência de interação contínua. Assim, para que a presença da AdEPorto seja incrementada torna-se fundamental o envio de informação com regularidade sobre os projetos a decorrer quer autonomamente, quer em parceria com os Associados.

### **Participação em Eventos Externos**

Na sequência do protocolo existente entre a AdEPorto e a Associação Empresarial de Portugal - Exponor, a Agência de Energia do Porto prevê participar nos certames cujas temáticas estejam relacionadas com a sua atividade. Quando convidada pelos Associados ou outras entidades organizadoras de exposições, mostras e encontros da especialidade será ponderada a oportunidade de participação e presença.

#### 4. PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS

A AdEPorto irá reforçar a aposta no estabelecimento de novas parcerias institucionais com entidades de relevância estratégica para a sua atividade, destacando-se a Associação Portuguesa do Veículo Elétrico, a AVERE – European Association for Electromobility, a Coopérnico e a MUBi - Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta.

##### **RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente**

A RNAE, associação constituída pelas agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, tem como objetivo a partilha de informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A AdEPorto enquanto associada da RNAE, e membro da direção atual, irá ao longo de 2018 participar ativamente nas ações que esta vier a desenvolver em temas relevantes. A representação tem sido realizada pelo Administrador Executivo através de uma participação ativa mensal a manter durante o próximo ano.

Com esta parceria, a AdEPorto espera contribuir e beneficiar da troca de informação e de experiências sobre as atividades desenvolvidas pelas agências de energia tendo como objetivo a promoção de resultados obtidos de reconhecido impacto nacional.

Relativamente aos PPEC aprovados pela RNAE, nos quais a AdEPorto irá participar, destaca-se o “Master LightingSystem”, “Freguesias + Eficientes – Freguesias pela Eficiência Energética” e “PIEE IPSS – Programa Integrado de Eficiência Energética para IPSS”, entre outros.

##### **Energy Cities**

A Energy Cities atua como uma plataforma de partilha, onde são promovidas parcerias para o desenvolvimento de projetos no domínio da eficiência energética, tendo como principais objetivos potenciar o papel das cidades e a sua capacidade de intervenção no domínio da energia sustentável.

A AdEPorto em 2018 irá reforçar a representatividade das cidades da AMP-ND, em temas ligados com a energia e o ambiente, junto das instituições Europeias e, também, promover novas parcerias com outras cidades para implementação de projetos conjuntos.

## 5. ATIVIDADES

### Matriz de Energia

A caracterização do uso da energia e das energias endógenas no território da AMP-ND e em cada Município foi o primeiro passo para o conhecimento da situação da energia segundo uma metodologia uniforme, de atualização quase imediata, o que permitiu distinguir os Municípios do ponto de vista do indicador das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), nomeadamente, das emissões de CO<sub>2</sub> da sua responsabilidade. Sempre que novos valores de consumo anuais são oficialmente disponibilizados, é possível fazer-se um acompanhamento contínuo da dinâmica energética e carbónica dos Municípios, pelo que se pode encarar as Matrizes como um verdadeiro observatório de energia e emissões.

Neste sentido, a AdEPorto publicará anualmente o Relatório de Energia e Emissões para cada Município. Estes relatórios são fontes essenciais de informação que permitem acompanhar a evolução da utilização de energia no território, bem como os impactos ambientais associados por via das emissões de GEE. Esta monitorização, que se pretende tão próxima no tempo quanto possível, servirá de suporte a decisões de política para a sustentabilidade energética bem como de referencial de aferição dos impactos das mesmas, possibilitando sempre que necessário o ajuste a alterações de contexto.

Este documento permitirá também apoiar a adesão a iniciativas como o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, bem como fazer face a obrigações de reporte periódicas em termos de utilização de energia e emissões associadas. Para além do enquadramento do Pacto dos Autarcas, existem outras iniciativas de relevância internacional, como o CarbonDisclosure Project (CDP) que recorrem a esta tipologia de informação.

### Planos de Ação para a Energia Sustentável

No quadro do apoio do ON2 para a consolidação das Agências de base CIM, a AdEPorto desenvolveu para os Municípios Associados um trabalho de definição de propostas de Estratégias para a Sustentabilidade e Planos de Ação para a Energia Sustentável (PAES). Estes documentos revelam-se fundamentais na abordagem ao desafio de sustentabilidade, colocado na mitigação das alterações climáticas, que vem sendo reconhecido como estando cada vez mais a nível local. Os PAES foram desenvolvidos com base nos trabalhos das Matrizes de

Energia, diagnóstico de referência da situação de utilização de energia no território, devendo ser documentos eficazes na gestão para a sustentabilidade energética.

A AdEPorto pretende junto dos Municípios Associados fazer a abordagem a estes planos, verificando necessidades de ajuste e apoiando a sua tradução para a ação dos Municípios. Estes documentos constituem uma importante base para a adesão às iniciativas de Energia e Clima, com eventuais ajustes em função das pretensões de cada Município, bem como são necessários para o posicionamento das cidades enquanto Lighthouse em projetos Europeus como, por exemplo, os das SmartCities.

### **Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**

Existem atualmente várias iniciativas para a Energia e o Clima que pretendem unir os esforços das cidades e dos seus líderes com vista à mitigação e adaptação às alterações climáticas, destacando-se o Covenant of Mayors for Climate and Energy, o Compact of Mayors e o Global Covenant of Mayors.

A adesão dos Municípios a estas iniciativas reforça, nacional e internacionalmente, o seu firme compromisso com políticas de sustentabilidade energética, contribuindo para os objetivos globais de redução de emissões de GEE, preparando os territórios para as necessárias adaptações às alterações climáticas e aumentando a qualidade de vida dos cidadãos.

Para além deste potencial, associado igualmente à visibilidade pública, os Municípios têm acesso a plataformas de monitorização que permitem avaliar e comparar o desempenho dos diferentes territórios e conduzir adequadamente os impactos das políticas introduzidas. De salientar a importância da troca de informação e experiências com outros signatários, bem como o apoio das entidades gestoras das iniciativas. Não menos importante a disponibilização de ferramentas de financiamento e a maior preparação adquirida pelos Municípios para se candidatarem a fundos comunitários neste domínio, uma vez que já têm os seus planos delineados e preparados para concretização e valorização de candidaturas. Note-se que existem candidaturas ao Horizon2020 em que as cidades que, por exemplo, pretendam ser Lighthouse Cities têm obrigatoriamente que dispor de um Plano de Ação para a Energia Sustentável ou outro de igual ambição, usualmente desenvolvidos ao abrigo destas iniciativas.

A AdEPorto estará disponível e empenhada para apoiar os Municípios Associados que pretendam subscrever qualquer uma destas iniciativas. Assim, com base na sua experiência

neste tipo de documentos e iniciativas, disponibiliza-se para em conjunto com os Municípios Associados:

- Interagir diretamente com as organizações de gestão da iniciativa pretendida, em representação dos Municípios Associados, para a gestão das diferentes fases do processo;
- Definir os cronogramas de ações necessárias para o cumprimento das obrigações (incluindo procedimentos internos às Autarquias como, por exemplo, as necessárias aprovações em Assembleia Municipal);
- Elaborar/adequar o inventário de emissões, vulgarmente conhecido como Matriz da Energia do Município, tendo em atenção as especificidades do Pacto em análise;
- Elaborar uma avaliação de Riscos de Alterações Climáticas e Análise de Vulnerabilidades, tendo em atenção as especificidades do Pacto a subscrever;
- Elaborar/adequar um Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, tendo em atenção as especificidades do Pacto em análise;
- Elaborar uma Estratégia para a Adaptação às Alterações Climáticas, tendo em atenção as especificidades do Pacto;
- Proceder à introdução de toda a informação pretendida pelo Pacto, nas plataformas e nos formatos específicos;
- Elaborar bianualmente um inventário de emissões;
- Proceder ao acompanhamento da implementação dos Planos submetidos, garantindo as necessidades de reporte periódico (bianuais);
- Preparar e dinamizar a comunicação dos esforços desenvolvidos pelos Municípios Associados, incrementando informação para os departamentos de comunicação dos Municípios e se indicado em representação destes em diferentes fora.

### **Iluminação Pública**

A Iluminação Pública representa um dos maiores custos assumidos pelos Municípios com os recursos energéticos, situação agravada nos últimos anos pelo aumento do custo da energia e da respetiva taxa de IVA. A AdEPorto tem vindo a desenvolver alguns projetos piloto que demonstram a existência de tecnologia que permite uma redução substancial dos consumos, assegurando a manutenção dos níveis de serviço esperados pelos cidadãos.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se assistido a um aumento da diversidade da oferta de equipamentos de tecnologia LED, ao mesmo tempo que se assiste à redução dos seus preços e à importante oferta de soluções de monitorização associadas.

Reconhecendo a importância estratégica que estas tecnologias podem ter para os territórios face ao elevado consumo de energia que ainda se verifica, considera-se, pois, uma oportunidade e um imperativo de ação da agência.

A interligação desta ação com a do Observatório é igualmente de extrema importância, na medida em que permitirá a adequada validação de desempenho dos equipamentos, ao mesmo tempo que poderá representar um elemento de valor em termos de ferramenta de apoio à decisão para os processos de manutenção de infraestruturas.

Neste sentido, a AdEPorto dará continuidade no apoio aos Municípios nos projetos de modernização da Iluminação Pública, através de Fundos Europeus, contratos ESE ou Leasing.

### **Plano Diretor de Iluminação Pública - PDIP**

Um Plano Diretor de Iluminação Pública é um documento normativo cujo objetivo é dotar os Municípios de estratégias de iluminação pública eficaz, eficiente e com preocupações pelos impactos ambientais da luz artificial conhecidos e prospetivos. Neste sentido, são realizados diversos estudos no que diz respeito à hierarquia viária, cadastro de iluminação, uso dos solos, brilho do céu noturno, entre outros, de modo a compreender as diferentes necessidades e limites de iluminação.

Além da eficiência, o PDIP motiva ainda a criação de diferentes ambientes luminosos de acordo com as áreas onde são aplicados, conseguindo-se dar vida aos Municípios no período noturno, promovendo uma maior atratividade nas zonas históricas, culturais ou comerciais, potenciando um crescimento económico das atividades comerciais que ocorrem durante a noite, acautelando e minimizando a poluição luminosa e evitando o desperdício.

Atualmente, a AdEPorto está a realizar o PDIP para os Municípios de Matosinhos e do Porto, prevendo executá-lo também nos restantes Municípios Associados.

### **Observatório de Energia**

Uma das principais dificuldades de ação da AdEPorto, junto dos Municípios Associados, é a obtenção do correto conhecimento e informação sobre as infraestruturas e equipamentos sob

gestão municipal. Atualmente, para a área de intervenção da agência, estima-se que exista um número superior a 5.500 contratos de fornecimento de energia elétrica, dos quais aproximadamente 2.000 contratos serão de edifícios.

Para que seja possível estabelecer ações de eficiência energética nestas instalações torna-se obrigatória a sua adequada caracterização, assim como a possibilidade de instalação de processos de monitorização e gestão automatizada dos consumos de energia.

A AdEPorto está empenhada em assegurar estes serviços aos Municípios, nomeadamente pela atualização do cadastro de instalações que suportam a implementação do Observatório de Energia cuja fase de desenvolvimento termina em 2017.

Pretende-se assegurar uma plataforma online, acessível a cada Município, de monitorização permanente da utilização da energia que ficará centralizada na AdEPorto para que seja possível acompanhar regularmente a evolução em cada instalação, isto é, com capacidade de supervisão em tempo real, para as instalações que os Municípios identifiquem, a custos reduzidos e controlados.

Prevê-se que em 2018 a utilização desta plataforma seja generalizada a todos os Associados e que o número de instalações sobre monitorização por parte da AdEPorto, em tempo real, seja cada vez maior, permitindo a implementação de um modelo de gestão em que os desvios de consumo em relação a valores padrão expectáveis dêem origem a avisos, que serão analisados dando origem a propostas de medidas de melhoria e permitirão atuar rapidamente e no imediato.

O sucesso deste processo depende em absoluto da participação ativa dos Municípios e Associados, na atualização do cadastro de instalações, assim como da exigência aos possíveis fornecedores de energia da disponibilização de dados de faturação mensais em formato compatível com a plataforma.

### **Porto Solar**

O projeto Porto Solar tem como objetivo principal a implementação, nos edifícios dos Municípios e dos Associados, de soluções de produção de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, de sistemas de carregamento de veículos elétricos e de soluções de armazenamento da energia produzida pelos sistemas fotovoltaicos, constituindo um elevado

potencial económico e ambiental para os Municípios pela produção descentralizada de energia e pelo contributo para atingir os objetivos dos Planos de Ação.

A componente inicial e principal do projeto é o estudo do potencial solar fotovoltaico nos edifícios públicos dos Municípios, com exposição solar adequada, passíveis de acolher sistemas de produção de energia elétrica de fonte solar com recurso a painéis fotovoltaicos, que possam ser enquadrados no regime jurídico de Autoconsumo conforme o Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro. Este projeto que, englobará todos os Municípios da Área Metropolitana do Porto e será realizado em parceria com a ENERGAIA, prevê um investimento de 5.000.000,00 €, cuja forma está a ser estudada pela AdEPorto (ESE, leasing, etc.) de modo a não originar custos para os Municípios, terá um tempo de retorno estimado inferior a 6 anos, conseguindo uma redução anual de utilização de energia elétrica da rede de cerca de 6 GWh e evitando assim a emissão de cerca de 2.000 toneladas de CO<sub>2</sub>, com potencial de efeito de estufa.

A Diretiva nº 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (EPBD) indica o caminho para progressivamente se chegar a edifícios com necessidades quase nulas de energia (nZEB). No caso destes edifícios, com um elevado desempenho energético, conseguir-se-á satisfazer necessidades de energia quase nulas ou muito reduzidas com fontes renováveis, de base local. Este projeto pretende contribuir ativamente para este requisito aplicável aos novos edifícios públicos municipais já a partir de 2018, englobando, igualmente, a preocupação de disponibilização de pontos de carregamento de veículos elétricos em edifícios onde estejam instalados os sistemas de produção de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, permitindo o carregamento de veículos elétricos das frotas municipais com energia limpa.

### **Habitação A+**

Considerando a missão de promoção da sustentabilidade energética e ambiental e tendo em vista que todas as atividades que utilizem energia, em particular a energia usada pelos cidadãos, sejam planeadas e promovidas no âmbito da maior eficiência energética e ou da opção, para o mesmo serviço, pelo vetor energético menos emissor de CO<sub>2</sub>, surge o projeto de intervenção social Habitação A+. Este projeto pretende realizar ações que possam contribuir para apoiar e sensibilizar os cidadãos para uma mudança de atitude em relação à utilização da energia nas suas habitações que se reflita nos gestos do quotidiano reduzindo o seu impacto.



As urbanizações de responsabilidade municipal serão o enfoque do estudo que contemplará, entre outros fatores, o levantamento de equipamentos utilizados, vetores energéticos e energia consumida, bem como os respetivos custos nas habitações.

Para a sua realização, convidamos os Municípios a identificar uma urbanização e solicitamos o seu apoio na sensibilização dos moradores para integrarem o painel de resposta ao inquérito que será realizado por habitação,

A informação recolhida será confidencialmente tratada e estará na base de um relatório com a situação de cada habitação e sugestões de medidas de melhoria, bem como de ações de esclarecimento e sensibilização junto dos moradores. A recolha e tratamento de dados será efetuada pela AdEPorto.

### **SmartCities**

A SmartCity deverá ser uma cidade sustentável e integradora, como uma visão de futuro para a sua gestão e relação próxima com o cidadão. O desenvolvimento deste conceito envolve a introdução de tecnologias de comunicação e informação, recolhendo e disponibilizando informação e indicadores, de apoio à gestão moderna do espaço urbano e ao bem-estar do cidadão.

A AdEPorto, quando solicitada pelos Municípios Associados, tem vindo a participar em projetos deste cariz pretendendo em 2018 continuar este apoio, bem como encontrar maior envolvimento em projetos, nomeadamente no âmbito dos financiamentos Horizon2020.

### **Economia Circular**

A Economia Circular apresenta-se como um modelo económico que visa a redução da utilização de recursos primários, numa visão lata numa reflexão de processos e práticas para além da usual estratégia de redução do resíduo. Este conceito alargado inclui também a vertente energética no sentido da conservação e eficiência energética e utilização de fontes renováveis de energia com vista à sustentabilidade do recurso. O enquadramento à luz da Economia Circular contempla igualmente a incorporação de energia nos produtos, bem como o aproveitamento energético do resíduo. A AdEPorto em 2018 pretende continuar o aprofundamento do conhecimento e atuação segundo este novo paradigma, potenciando a este nível o relacionamento com o Associado Lipor.

### **Mobilidade e Transportes**

A Mobilidade e Transportes são vetores dissociáveis da ambição de redução de emissões de GEE. A intervenção neste domínio surge num primeiro nível no planeamento urbano, otimizando as necessidades de mobilidade do cidadão, passando pela estruturação de redes de transporte público e a criação de infraestruturas que permitam a opção por “modos suaves”.

Neste âmbito, é fundamental o trabalho de comunicação, informação e sensibilização dos utilizadores relativamente às diferentes opções disponíveis para que seja possível a preferência consciente por uma escolha mais sustentável e que simultaneamente se afigure facilitadora do dia-a-dia.

Na vertente tecnológica é importante, em cada momento, encontrar ofertas que produzam o menor impacto ambiental, como o gás natural ou os veículos elétricos com origem em energias de fonte renovável, sendo que esta última levanta desafios de integração e interligação com a geração local de energia elétrica pensada na ótica dos edifícios nZEB.

A AdEPorto em 2018 irá atuar nesta área desde logo na sua vertente de informação e sensibilização junto dos diferentes atores, mas também no apoio ao planeamento em termos de infraestrutura para a mobilidade elétrica.

### **Educação para a Sustentabilidade Energética**

Na persecução do objetivo da criação de um território mais sustentável e competitivo, a AdEPorto pretende implementar ações de sensibilização com o compromisso e participação ativa dos cidadãos que se reflita numa melhoria da sua qualidade de vida.

A AdEPorto, em articulação com os Municípios e Associados, irá desenvolver um plano de ação para esta vertente, o qual deverá integrar um conjunto de estratégias complementares, que poderão ir das mais tradicionais ações de comunicação, até ao desenvolvimento de aplicações específicas.

No domínio da disseminação de conhecimento, entende-se como essencial o desenvolvimento de ações de sensibilização, formação e educação para a energia nos estabelecimentos de ensino. Para o efeito proceder-se-á à criação e desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos para a sua organização e dinamização.

O aproveitamento de recursos e de materiais no quadro da economia circular e da sustentabilidade serão trabalhados através de oficinas temáticas. A organização de encontros temáticos, debates e a realização de palestras dirigidas aos alunos do 3º ciclo, secundário e profissional serão a oportunidade de levar todas as temáticas em apreço aos estabelecimentos de ensino.

Assinalar a Semana da Energia e Ambiente - 29 de Maio (Dia Nacional da Energia) a 5 de Junho (Dia Mundial do Ambiente) e a Semana Europeia da Mobilidade entre 16 e 22 de Setembro - seguindo um modelo de programação e organização intermunicipal, com um programa que contemple atividades de natureza lúdica, pedagógica, técnica e científica. Assinalar, igualmente, os principais dias relacionados com as temáticas mencionadas, nomeadamente da Árvore e da Floresta, da Água, do Sol, da Energia, do Ambiente, Sem Carros com a dinamização de iniciativas específicas.

### **Contrato Concessão da Rede de Distribuição em Baixa Tensão**

No mês de Maio de 2017 foram aprovados, na Assembleia da República, os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão (Lei nº 31/2017).

A referida Lei prevê a salvaguarda da neutralidade financeira e da uniformidade tarifária do país bem como a promoção da gestão de energia e da eficiência energética pelos Municípios.

O lançamento dos procedimentos está previsto ser realizado de forma sincronizada no ano de 2019 abrangendo todos os Municípios ou entidades intermunicipais que não tiverem optado pela gestão direta daquela atividade. A opção de gestão direta da Rede de Distribuição implica um planeamento atempado de todas as necessidades da rede, possíveis expansões, equipamentos e investimentos.

Acresce ainda que caso o Município opte pela exploração direta terá de proceder a várias subcontratações e providenciar pelo estabelecimento de um comercializador de último recurso, para assegurar que todas as obrigações de serviço público fiquem garantidas.

Por sua vez, a partilha de custos pode conduzir a ponderações de agrupamentos de Municípios de forma a ganhar escala para uso e implementação de determinado tipo de infraestruturas.

Considerando a relevância deste processo para os Municípios, pois estamos perante uma oportunidade de obter vantagens económicas significativas podendo melhorar a qualidade de serviço para os seus territórios, a AdEPorto prevê prestar assessoria técnica e legal na definição do modelo a desenvolver para a exploração das Redes de Distribuição dos Municípios Associados.

### **Candidaturas**

Atenta à disponibilização de fundos de financiamento na área da energia e clima, a AdEPorto dará continuidade em 2018 à disseminação das oportunidades identificadas, bem como à disponibilidade para a prestar apoio à elaboração das candidaturas dos seus Associados e integrar possíveis consórcios para a elaboração de projetos.

Na análise periodicamente realizada às diferentes oportunidades poderá a AdEPorto integrar consórcios nacionais e/ou internacionais em conjunto com os seus Associados sempre que tal se revele vantajoso. Conforme referido em secção anterior deste documento, relativa aos Planos de Ação para a Energia Sustentável, a AdEPorto pode apoiar o enquadramento dos Municípios Associados enquanto Cidade Lighthouse em projetos Europeus.

A AdEPorto procurará fortalecer a sua rede de parcerias internacionais, prevendo-se a participação em consórcios europeus com vista à submissão de candidaturas a projetos financiados pelo novo quadro 2018-2020 do programa Horizon 2020.

Para além deste programa, a AdEPorto estará atenta a outras oportunidades de obtenção de financiamento, particularmente nos programas em que já obteve aprovações e executou projetos no passado: Fundo de Eficiência Energética, Fundo Ambiental, Urban Innovative Actions, entre outros. Simultaneamente, irá apoiar tecnicamente os Municípios Associados na apresentação de candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR, no âmbito do Portugal 2020) e outros fundos de financiamento, através de uma colaboração técnica especializada, designadamente na preparação da informação necessária para constar nos documentos a submeter. Este apoio técnico poderá ser também estendido aos Associados que o venham a solicitar.

### **Rede de Calor da Maia**

Uma Rede de Calor e Frio é um instrumento essencial para a transição desejada para uma economia hipo carbónica, tirando partido dos processos termodinâmicos de modo a aumentar a eficiência da energia primária conduzindo a uma redução significativa das emissões de GEE.

O sucesso do desenvolvimento de um projeto de Rede de Calor e Frio num país do Sul da Europa assenta numa abordagem diferente do Norte da Europa, desde logo pelas diferenças das necessidades de calor e frio. Será, portanto, necessário ancorar um projeto em grandes polos utilizadores de energia térmica permitindo a expansão e disponibilização a todos os utilizadores incluindo os residenciais. Daí que a criação, planeamento e execução de um sistema como a Rede de Calor e Frio seja considerado um importante avanço no caminho para a sustentabilidade.

O Município da Maia é o local ideal para albergar este projeto, tanto do lado da oferta, com a CVE da Lipor, como do lado da procura, não só pela existência de um aeroporto, dentro do Município, como pela existência na proximidade de uma das mais importantes zonas industriais da Área Metropolitana do Porto, hotéis, grandes edifícios comerciais e zonas residenciais de elevada densidade.

Este projeto enquadra-se dentro da missão da AdEPortono no sentido da sustentabilidade energética, visando o planeamento e a promoção da maior eficiência energética, disponibilizando para o mesmo serviço a opção pelo vetor energético menos emissor de CO<sub>2</sub>.

### **Biomassa Florestal**

Os espaços florestais são um importante recurso natural que ocupam 35% do território nacional representando uma área significativa e de enorme valor paisagístico que têm, nas últimas décadas e concretamente no presente ano, sido devastados por várias calamidades.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 64/2017 e a Lei nº 76/2017, as Autarquias e as Associações Municipais passaram a beneficiar de incentivos para a construção e exploração de centrais dedicadas à biomassa florestal residual, contribuindo desta forma, para a defesa, ordenamento, preservação e combate a incêndios no território florestal. Esta medida, em conjunto com outras que serão adotadas em breve, permitirá uma melhor gestão dos recursos florestais para além da produção de energia através de fontes renováveis.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 64/2017, de 12 de junho, a escolha dos locais para a instalação destas centrais deve ter em conta a proximidade de zonas críticas de incêndio ou com povoamentos florestais, a existência de capacidade de receção de potência na rede, a proximidade em relação a outras centrais a biomassa florestal ou outras indústrias do setor florestal e a possibilidade de implantação em zonas ou parques industriais, áreas de localização empresarial ou outras zonas que permitam o aproveitamento da energia térmica. A AdEPorto, pelo seu conhecimento do território da AMP-ND, em parceria com entidades reconhecidas neste domínio, pretende efetuar um estudo de viabilidade técnica e financeira para a eventual instalação de uma central de biomassa florestal na região.

### **Reabilitação Urbana**

A publicação “Guia de Termos de Referência para a Reabilitação Energético-Ambiental de Edifícios do Centro Histórico do Porto” continua a suscitar interesse na comunidade técnica e também nos cidadãos, notória no momento atual da atividade de reabilitação do edificado. Este interesse fica igualmente espelhado na procura que a publicação teve, esgotando as duas edições. A primeira edição foi elaborada em 2010 pela AdEPorto conjuntamente com a Porto Vivo - SRU e a Direção Regional de Cultura do Norte e contou com o apoio técnico do Laboratório de Física das Construções do Instituto da Construção da Universidade do Porto e da Fundação Gomes Teixeira da Universidade do Porto. Em 2013 foi feita uma nova edição, com a introdução de novas abordagens e informações.

O interesse na publicação, bem como a evolução associada à experiência que vem sendo acumulada no mercado de reabilitação, reforçam a importância de nova edição deste Guia. O Associado Porto Vivo - SRU manifestou vontade de promover uma nova edição, contando mais uma vez com o apoio da AdEPorto, o que se prevê que possa acontecer já em 2018.

As Matrizes da Energia, bem como os Relatórios de Energia e Emissões, vêm mostrando o peso dos Edifícios na utilização de energia nos Municípios e emissões de GEE associadas. Em linha com ambição de sustentabilidade dos Municípios Associados AdEPorto, será, portanto, este um setor onde deverão ser concentrados esforços. As Autarquias, na esfera da sua atuação política e regulamentar, dispõem de ferramentas que poderão ser potenciadas e utilizadas para a promoção de um edificado energeticamente mais sustentável.

À imagem do apoio prestado pela AdEPorto para a criação do Sistema de Incentivos à Valorização Energética do Município do Porto, pretende-se junto dos restantes Municípios Associados, atentando às especificidades de cada um, promover a reflexão e a procura de mecanismos que contribuam para este desígnio, desde logo no momento da promoção de novos edifícios e mais ainda no momento da reabilitação.

Em 2018, relativamente ao Sistema de Incentivos à Valorização Energética, a AdEPorto junto dos Associados Porto Vivo - SRU e Câmara Municipal do Porto irá estudar formas de poder contribuir mais efetivamente ao longo do processo de licenciamento e verificação de processos de valorização energética.

As competências e a experiência que a AdEPorto detém em termos da conceção sustentável de edifícios, a par do número significativo de edifícios municipais com uma idade que justifica este tipo de intervenção, justificam esta linha de ação que se concretizará em ações e projetos específicos a definir em articulação estreita com cada um dos municípios, sempre considerando as sinergias potenciais com outras linhas de atuação do plano.

### **Prestação de Serviços - Consultadoria**

A AdEPorto, em 2018, dará continuidade às prestações de serviços na área da auditoria e certificação energética de edifícios e eficiência energética na Iluminação Pública, assim como dará continuidade à promoção e apoio ao desenvolvimento de projetos e candidaturas nas áreas da Energia e Ambiente.

A AdEPorto presta estes serviços por solicitação dos Associados pretendendo assegurar a sua qualidade e a bondade das soluções encontradas, sempre na perspetiva da mais valia para o Associado, quer por via do conhecimento técnico acumulado, quer da sua independência relativamente às soluções apresentadas pelo mercado. A AdEPorto poderá prestar estes serviços de mote próprio, bem como poderá servir enquanto consultor especializado dos seus Associados para a contratação dos mesmos.

**6. ORÇAMENTO**

CONTAS	DESCRIÇÃO	VALOR
	GASTOS	379 596 €
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>131 110 €</b>
621	Subcontratos	67 000 €
6221	Trabalhos especializados	14 100 €
6222	Publicidade	2 000 €
6226	Conservação e reparação	1 000 €
6227	Serviços bancários	150 €
6228	Outros Fornecimentos de Serviços	2 205 €
623	Materiais	2 000 €
6241	Electricidade	3 000 €
6251	Desloc. e estadas	8 000 €
626131	Outros alugueres	396 €
626132	Rendas de imóveis	22 050 €
6262	Comunicação	2 400 €
6263	Seguros	156 €
6265	Contencioso e Notariado	353 €
6266	Despesas de representação	4 500 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 800 €
<b>63</b>	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>241 673 €</b>
631	Remunerações dos Órgãos Sociais	53 574 €
632	Remunerações do pessoal	145 276 €
635	Encargos sobre remunerações	39 842 €
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 620 €
638	Outros Gastos com Pessoal	1 360 €
<b>64</b>	<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>1 947 €</b>
<b>68</b>	<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>4 016 €</b>
68122	Imposto s/ o valor acrescentado	2 546 €
6883	Quotizações - outras	1 470 €
<b>8121</b>	<b>Imposto Estimado sobre o Exercício</b>	<b>850 €</b>
<b>RENDIMENTOS</b>		<b>380 345 €</b>
<b>72</b>	<b>Prestações de serviços</b>	<b>218 590 €</b>
725	Consultadoria Técnica	218 590 €
<b>75</b>	<b>Subsídios à exploração</b>	<b>0 €</b>
<b>78</b>	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>161 755 €</b>
7886	Quotizações	161 755 €
<b>79</b>	<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>0 €</b>
<b>RESULTADO</b>		<b>749 €</b>



A Agência de Energia do Porto prevê um resultado líquido positivo em 31.12.2018 de 749,00€, composto por um total de Rendimentos de 380.345,00 € e de Gastos de 379.596,00€.

Este orçamento reflete a continuidade da atividade a desenvolver junto dos Associados, iniciada em 2016 e reforçada em 2017, nomeadamente através da realização de projetos inovadores e de grande valia financeira e ambiental.

Espera-se aumentar o número de Associados, representando as quotizações em 2018 um percentual de 42,1% do total de Rendimentos previstos.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSEs), orçados no montante de 131.110,00€ foram calculados com referência aos efetuados em exercícios recentes (2017), excetuando os inerentes à subcontratação de empresas que colaboram na prestação da consultadoria técnica, uma vez que estes estão diretamente ligados à obtenção dos nossos rendimentos. Os FSEs representam cerca de 34,5% do total de Gastos da AdEPorto.

Os gastos com o pessoal estão orçados para 2018 em 241.673,00€, considerando um reforço na estrutura técnica.

A rubrica de Imposto sobre Valor Acrescentado apresenta uma verba de 2.546,00€ com o IVA suportado, estando considerado um pró-rata para este orçamento de 57,47%.

Por último, prevê-se um valor de 850,00€ de IRC.

A AdEPorto continuará em 2018 a procurar parcerias e oportunidades de participação em projetos inovadores no âmbito da Energia e Ambiente, bem como enquadrar projetos em linhas de financiamento de programas atuais ou que possam surgir.